

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	33
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	85.937
Preferenciais	145.450
Total	231.387
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	171.686	165.839
1.01	Ativo Circulante	24.115	17.463
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.609	7.008
1.01.03	Contas a Receber	17.173	9.517
1.01.03.01	Clientes	12.351	7.642
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.822	1.875
1.01.04	Estoques	767	671
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.884	36
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.884	36
1.01.07	Despesas Antecipadas	682	231
1.02	Ativo Não Circulante	147.571	148.376
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.453	19.982
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.068	7.703
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.068	7.703
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	12.385	12.279
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	5.116	4.793
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	7.209	7.426
1.02.01.09.05	Bancos C/Caução APPA	60	60
1.02.02	Investimentos	230	230
1.02.02.01	Participações Societárias	230	230
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	230	230
1.02.03	Imobilizado	127.586	127.987
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	123.312	125.837
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.274	2.150
1.02.04	Intangível	302	177
1.02.04.01	Intangíveis	302	177

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	171.686	165.839
2.01	Passivo Circulante	6.733	4.479
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.177	1.093
2.01.01.01	Obrigações Sociais	141	255
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.036	838
2.01.02	Fornecedores	3.010	2.124
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.010	2.124
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.853	588
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.795	489
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.795	489
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	58	99
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	435	417
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	435	417
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	435	417
2.01.05	Outras Obrigações	7	6
2.01.05.02	Outros	7	6
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	7	6
2.01.06	Provisões	251	251
2.01.06.02	Outras Provisões	251	251
2.01.06.02.04	Provisões Contratuais APPA	251	251
2.02	Passivo Não Circulante	8.556	9.655
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	358	686
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	358	686
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	358	686
2.02.03	Tributos Diferidos	5.412	6.023
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.412	6.023
2.02.04	Provisões	2.786	2.946
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.786	2.946
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.957	2.169
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	570	570
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	178	134
2.02.04.01.05	Provisões Tributárias	81	73
2.03	Patrimônio Líquido	156.397	151.705
2.03.01	Capital Social Realizado	140.013	153.139
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5.877	-13.126
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	10.507	11.692

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	39.190	37.931
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-25.939	-23.864
3.03	Resultado Bruto	13.251	14.067
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.053	-6.094
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.174	-6.107
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	121	13
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.198	7.973
3.06	Resultado Financeiro	956	144
3.06.01	Receitas Financeiras	1.697	916
3.06.02	Despesas Financeiras	-741	-772
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.154	8.117
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.462	-1.398
3.08.01	Corrente	-2.073	-2.020
3.08.02	Diferido	611	622
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.692	6.719
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.692	6.719
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0	0,07818
3.99.01.02	PN	0	0,04619
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0	0,07818
3.99.02.02	PN	0	0,04619

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	4.692	6.719
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.692	6.719

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.305	3.802
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.361	11.080
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	4.692	6.719
6.01.01.02	Depreciação e amortização	4.669	4.361
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.056	-7.264
6.01.02.01	Redução (Aumento) Contas a Receber	-4.708	-5.902
6.01.02.02	Redução (Aumento) Títulos a Receber	-52	-503
6.01.02.03	Redução (Aumento) Estoques	-96	-45
6.01.02.04	Redução (Aumento) Impostos a recuperar	-1.631	-1.996
6.01.02.05	Redução (Aumento) Adiantamentos	-2.895	749
6.01.02.06	Redução (Aumento) Despesas antecipadas	-451	-504
6.01.02.07	Redução (Aumento) Depósitos judiciais	-323	-348
6.01.02.08	Aumento (Redução) Fornecedores	886	547
6.01.02.09	Redução (Aumento) Obrigações fiscais	1.265	1.971
6.01.02.10	Redução (Aumento) Obrigações sociais e trabalhistas	83	171
6.01.02.12	Redução (Aumento) Outras contas a pagar	-822	-1.422
6.01.02.13	Redução (Aumento) Passivos litigiosos	53	18
6.01.02.14	Redução (Aumento) Outras Contas Ativas	635	0
6.01.03	Outros	0	-14
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.394	-762
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-4.394	-762
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-310	-4.641
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos	-310	-4.641
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.399	-1.601
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.008	5.532
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.609	3.931

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	153.139	0	0	-13.126	11.692	151.705
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	153.139	0	0	-13.126	11.692	151.705
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.692	0	4.692
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.692	0	4.692
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-13.126	0	0	14.311	-1.185	0
5.06.04	Red Capital - Absorção de Prej Acumulados	-13.126	0	0	13.126	0	0
5.06.05	Realização do Custo Atribuído - Líquido de Impostos	0	0	0	1.185	-1.185	0
5.07	Saldos Finais	140.013	0	0	5.877	10.507	156.397

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	153.139	0	0	-20.830	13.300	145.609
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	153.139	0	0	-20.830	13.300	145.609
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.928	-1.209	6.719
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.719	0	6.719
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.209	-1.209	0
5.05.02.06	Realização do ajuste a valor patrimonial	0	0	0	1.209	-1.209	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	153.139	0	0	-12.902	12.091	152.328

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 30/09/2014	Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	42.816	41.820
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	41.959	41.480
7.01.02	Outras Receitas	857	340
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-16.591	-14.505
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.591	-14.505
7.03	Valor Adicionado Bruto	26.225	27.315
7.04	Retenções	-4.592	-4.330
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.592	-4.330
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	21.633	22.985
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.697	916
7.06.02	Receitas Financeiras	1.697	916
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	23.330	23.901
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	23.330	23.901
7.08.01	Pessoal	12.239	11.373
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.639	4.752
7.08.01.02	Benefícios	1.123	1.009
7.08.01.03	F.G.T.S.	435	578
7.08.01.04	Outros	6.042	5.034
7.08.01.04.01	INSS	614	1.308
7.08.01.04.02	Outras Obrigações legais	5.428	3.726
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.658	5.037
7.08.02.01	Federais	4.712	3.885
7.08.02.03	Municipais	946	1.152
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	741	772
7.08.03.01	Juros	47	81
7.08.03.03	Outras	694	691
7.08.03.03.01	Variação cambial passiva	619	617
7.08.03.03.02	Outros	75	74
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.692	6.719
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.692	6.719

Comentário do Desempenho**DEMONSTRATIVOTRIMESTRAL****3º TRIMESTRE DE 2014****VISÃO GERAL**

A Receita operacional bruta apresentou no 3º Trimestre de 2014 uma queda de 25% em relação ao mesmo período de 2013, atingindo no 3º trimestre de 2014 o montante de R\$ 13.044 mil contra R\$ 17.469 mil no 3º trimestre de 2013. A queda da receita registrada em 2014 decorre fundamentalmente da queda das movimentações. A TPPF operou no 3º trimestre de 2014 com 18 navios, contra 32 navios no mesmo período de 2013. O quadro abaixo demonstra a evolução da receita operacional bruta no 3º trimestre de 2014 em relação ao mesmo período de 2013.

	2014				2013			
	Acumulado	3º Trim	2º Trim.	1º Trim.	Acumulado	3º Trim	2º Trim.	1º Trim.
Congelados	-	-	-	-	-	-	-	-
Carga Geral	42.800	13.038	16.483	13.279	41.807	17.464	13.132	11.212
Outros Serviços	15	5	4	6	13	5	4	3
	42.815	13.043	16.487	13.285	41.820	17.469	13.136	11.215

Em milhares de reais

A Companhia registrou no 3º trimestre de 2014 um lucro de R\$ 918 mil contra R\$ 4.005 mil no 3º trimestre de 2013.

MOVIMENTAÇÃO FÍSICA

A movimentação física de cargas no 3º trimestre de 2014 foi de 311 mil toneladas e de 504 mil no mesmo período de 2013.

Antonina, 31 de outubro de 2014

A Administração

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem como objeto principal a administração do arrendamento, outorgado pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA através do contrato nº 003, celebrado em 26.04.1995, realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares do serviço concedido, e ainda a implementação de projetos associados aos serviços portuários concedidos, (i) exploração, operação e administração de serviços portuários, (ii) exploração, operação e administração de serviços de transporte rodoviário, fluvial, marítimo e ferroviário, complementares ou não às atividades portuárias que gerencia serviços de armazém em geral, em instalações próprias ou de terceiros, (iii) prestação de serviços como agenciadora de seguro, agenciadora de frete, em atividades de marinha mercante, serviços de assistência técnica e outros ligados à infra-estrutura portuária, tais como abastecimento de bordo, limpeza e higienização de navios, (iv) realização de atividades de importação e exportação de gêneros alimentícios, elaborados, semi-elaborados e *in natura*, equipamentos destinados à atividade portuária, dentre outros.

Atualmente, a Companhia atua somente na atividade de exploração, operação e administração de serviços portuários.

A exploração da instalação portuária está regulamentada pela Lei nº 8.630/93 sob a modalidade de “uso público”.

O oitavo termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal, publicado no Diário Oficial do Paraná em 17 de março de 2010, regulamenta o direito de compensação dos valores despendidos diretamente pela Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. para manutenção do canal de acesso de Antonina com as tarifas portuárias incidentes sobre suas operações.

Em 13 de abril de 2010, foi publicado no Diário Oficial da União o 9º termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal que, entre outras determinações, altera a cláusula do contrato originalmente firmado que determina o prazo do arrendamento, ficando dessa forma a data de vencimento do período contratual alterada para 22 de abril de 2022, podendo ser prorrogado por mais um período de vinte e cinco anos.

O referido termo aditivo também regulamenta e atualiza outros temas constantes no instrumento originalmente assinado, que eram objeto de constantes discussões, como: área arrendada, cargas a serem movimentadas, valor do arrendamento e taxas portuárias, além das responsabilidades pela manutenção do canal de acesso ao terminal.

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

2. BASE DE PREPARAÇÃO**a) Base de mensuração**

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico.

b) Moeda funcional e de apresentação

Essas informações trimestrais são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamento

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas CPC (BR GAAP) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando a Companhia tem o direito legal ou a intenção de liquidar os valores em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital social***Ações ordinárias***

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Eventuais custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido remanescente permanece nas reservas de lucros no patrimônio líquido até a destinação aprovada na Assembléia dos acionistas.

RECEITA

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

A receita da prestação dos serviços portuários no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços vendidos, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, líquido dos respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída por montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa 13 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Outras adições são capitalizadas apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de dispêndio é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previstos nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 e 43.

A Companhia não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16).

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicáveis.

GASTOS SUBSEQUENTES

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

AMORTIZAÇÃO

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)***Ativos financeiros (incluindo recebíveis)***

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Ainda para outros ativos, uma perda de valor é revertida caso tenha havido alguma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável ou na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, esses passivos são registrados a valor presente.

PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Representam contratos de empréstimos e financiamentos firmados com instituições financeiras, acrescidos dos encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

RECEITAS FINANCEIRAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, se aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, desenvolvimento ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia no respectivo período. A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações, durante o período correspondente ao resultado (de acordo com o CPC 41).

AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Decorrente da não relevância dos valores nenhum ajuste a valor presente foi contabilizado no período.

DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

Ativos intangíveis

O valor justo de ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

Contas a receber e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, determinado para fins de divulgação, é calculado com base no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

4. GERENCIAMENTO DO RISCO FINANCEIRO***Risco de crédito***

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa (a)	2	2
Banco do Brasil S.A.		432
Numérarios em transito (b)	<u>3.607</u>	<u>6.574</u>

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

<u>3.609</u>	<u>7.008</u>
--------------	--------------

(a) O montante é referente aos recebimentos em moeda estrangeira (Dólar), recebidos até o mês de setembro de 2014.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Composição das contas a receber por idade de vencimento:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
A vencer	703	658
Vencidos de 01 dia até 30 dias	877	1.081
Vencidos de 31 dias até 180 dias	10.700	5.903
Vencidos há mais de 181 dias	<u>292</u>	<u>221</u>
Total contas a receber de clientes	12.572	7.863
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(221)</u>	<u>(221)</u>
	<u>12.351</u>	<u>7.642</u>

7. TÍTULOS A RECEBER

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Estinave Serviços Marítimos Ltda. (a)	4	10
Reembolso inframar	864	814
Outros	<u>144</u>	<u>136</u>
Total títulos a receber	1.012	960
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(131)</u>	<u>(131)</u>
	<u>881</u>	<u>829</u>

(a) Durante o exercício de 2010, a Estinave Serviços Marítimos Ltda. firmou termo de confissão de dívida com a Companhia, formalizando as formas, garantias e cronograma para liquidação de seus débitos dessa forma não se fazendo mais necessária a manutenção de provisão para a perda desses montantes.

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	30.09.2014	31.12.2013
Créditos de II e IPI - Drawback (a)	6.460	6.279
Créditos de PIS/COFINS (b)	749	922
Saldo negativo IR/CS		225
IR/CS recolhimento por estimativa a compensar	1.877	
Outros	6	36
Total impostos a recuperar	9.092	7.462
(-) Impostos a recuperar não circulante	(7.208)	(7.426)
	1.884	36

(a) A Companhia em 31 de agosto de 2008, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e embasada em parecer dos assessores jurídicos, reclassificou os valores registrados na conta Depósitos Judiciais passando para a conta de Créditos a Recuperar. Os valores em epígrafe se referem aos autos do Mandado de Segurança impetrado anteriormente, que foram posteriormente convertidos em renda da União Federal. Estes valores referem-se aos impostos pagos anteriormente inerentes ao processo do Ato Concessório Drawback. As ações judiciais implementadas estão voltadas a desconstituir as autuações da Receita Federal do Brasil e visam a recuperação dos impostos pagos indevidamente.

(b) Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia registrou créditos a recuperar referentes a PIS e COFINS não cumulativos recolhidos indevidamente sobre receita equiparada e receita de exportação, no período de 2003 a 2006. As bases legais para esse reconhecimento e registro estão suportadas pelos Assessores Jurídicos da Companhia e por resposta favorável à consulta formulada à Receita Federal do Brasil.

9. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	30.09.2014	31.12.2013
OGMO - PR (a)	3.319	898
Outros	464	148
	3.783	1.046

(a) Adiantamentos realizados para o “Órgão Gestor de Mão-de-obra do Trabalhador Portuário Avulso de Antonina - OGMO/A” se referem ao fornecimento de mão-de-obra de trabalhador portuário avulso (TPA), utilizados nas operações de embarque e desembarque de navios atracados nas instalações portuárias da Companhia. A contratação destes TPAs somente pode ser realizada por intermédio do

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

OGMO-PR, conforme determina a Lei nº 8.630, de 25.02.1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Seguros a apropriar	647	230
Outras despesas a compensar	<u>35</u>	<u>1</u>
	<u>682</u>	<u>231</u>

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Trabalhistas	4.519	4.328
Tributários	485	358
Cíveis	<u>112</u>	<u>107</u>
	<u>5.116</u>	<u>4.793</u>

Os depósitos judiciais cíveis e tributários são atualizados mensalmente pelo indexador da natureza jurídica dos depósitos, tais atualizações são registradas diretamente no resultado do período da Companhia.

12. INVESTIMENTOS

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Interbulk Ltda	<u>230</u>	<u>230</u>
	<u>230</u>	<u>230</u>

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

Composto por investimento na empresa Interbulk Ltda. no valor de R\$ 230 (idem em 31 de dezembro de 2013), referente à participação de 10%, registrado inicialmente pelo custo de aquisição e ajustado por provisão de perda no mesmo valor, em razão da reavaliação dos projetos.

13. IMOBILIZADO

		30.09.2014		31.12.2013
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido
Bens imóveis	2,01% a 4,92 %	151.515	(46.662)	104.853
Bens móveis	2,38% a 10%	28.581	(11.802)	16.779
Bens em informática	20,00%	3.277	(1.543)	1.734
Bens de terceiros e outros	8,22% a 8,33%	39	(23)	16
Bens em construções		4.274		4.274
(-) Provisão para perda		(70)		(70)
		<u>187.616</u>	<u>(60.030)</u>	<u>127.586</u>
				<u>127.987</u>

Movimentação do imobilizado (custo)

	Bens imóveis	Bens móveis	Bens em informática	Bens de terceiros e outros	Bens em construção	Provisão para Perda	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	151.192	27.044	1.337	26	2.615	(70)	182.144
Adições	127	199	1.453		924		2.703
Baixas		(55)			(1.389)		(1.444)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	151.319	27.188	2.790	26	2.150	(70)	183.403
Adições	196	1.393	487	13	2.124		4.213
Baixas							
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>151.515</u>	<u>28.581</u>	<u>3.277</u>	<u>39</u>	<u>4.274</u>	<u>(70)</u>	<u>187.616</u>

Impairment ativos não circulantes

A administração da Companhia em setembro de 2014 não identificou indícios que indiquem a necessidade de registro de *impairment*.

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

14. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização (%)	30.09.2014		31.12.2013
		Custo	Amortização acumulada	Total líquido
Licença de uso de Softwares	20,00%	394	(238)	156
Marcas e patentes		11		11
Estudo Viabilidade Técnica Proj Parc Gov PR		135		135
		<u>540</u>	<u>(238)</u>	<u>302</u>
				<u>177</u>

- (a) Refere-se a um projeto em parceria com o Governo do Estado do Paraná, objetivando a viabilização da construção de um desvio rodoviário interligando diretamente o Terminal Portuário à Rodovia BR 277 e o Porto de Paranaguá-PR.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	encargo (a.a.)	Vencimento	30.09.2014	31.12.2013
Finame BNDES	5,50%	15.09.2016	793	1.103
(-) Financiamento não circulante			(358)	(686)
			<u>435</u>	<u>417</u>

Finame contratado para aquisição de 04 máquinas pá carregadeiras, modelo L70 utilizadas na movimentação de granéis. O Financiamento está garantido pelos bens financiados.

16. FORNECEDORES

	30.09.2014	31.12.2013
Fornecedores nacionais	2.522	1.247
Provisões fornecedores nacionais	<u>488</u>	<u>877</u>
Total de fornecedores	<u>3.010</u>	<u>2.124</u>

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

	30.09.2014	31.12.2013
ISS a recolher	58	99
INSS a recolher	6	2
IR a recolher	10	6
PIS a recolher	15	42
COFINS a recolher	88	210
Parcelamento fiscal IR e CS (a)	2.187	2.391
IRPJ e CSSL	1.437	
Outros impostos a recolher	9	8
Total obrigações fiscais	3.810	2.758
(-) Obrigações fiscais não circulante	(1.957)	(2.170)
	<u>1.853</u>	<u>588</u>

- (a) Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses “REFIS IV” dos débitos referentes a procedimentos administrativos tributários, Execuções Fiscais nº 193/2006; 20/2005 e 43/2005 totalizando o montante de R\$ 5.590 sendo que parte desse valor, no montante de R\$ 2.752, correspondentes a execução fiscal 43/2005, encontrava-se provisionado na rubrica de provisão para contingências.

A Companhia, com base na Lei nº 11.941, pretende liquidar valores correspondentes a multas de mora e de ofício e a juros moratórios com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social.

O Parcelamento Especial “REFIS IV” será acrescido de juros correspondentes à variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

Os débitos apresentados para a consolidação foram pagos desde dezembro de 2009 nos valores mínimos correspondentes a R\$ 100 até o momento da efetivação da consolidação dos débitos pela Secretaria da Receita Federal.

As contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Nas ações cíveis, trabalhistas e tributárias com potencial de perda os valores das contingências são provisionados segundo os critérios abaixo:

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

Análise individual: para os processos judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas é realizada análise individual dos mesmos. Considerando o potencial de perda, os mesmos são classificados em provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda, mediante estimativa confiável do advogado responsável pelo processo. Os valores das contingências são provisionados a 100% do valor provável de perda. Os processos classificados com o potencial de perda remoto não são provisionados e/ou divulgados.

	30.09.2014	31.12.2013
Trabalhistas	570	570
Tributários	81	73
Cíveis	178	134
	<u>829</u>	<u>777</u>

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis estão representados por processos de natureza trabalhista no montante de R\$ 7.602 (Idem em 31 de dezembro de 2013), tributária no montante de R\$ 2.778 (Idem em 31 de dezembro de 2013) e cíveis no montante de R\$ 5.655 (Idem em 31 de dezembro de 2013).

19. PROVISÕES CONTRATUAIS - APPA

Conforme contrato de concessão portuária firmado com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), a Companhia deve movimentar volume mínimo de carga total anual, incidindo sobre esse volume taxa, definida no referido contrato, a ser repassada para a APPA. A Companhia não constituiu provisão no período corrente (R\$ 251 em 31 de dezembro de 2010, saldo ainda provisionado em 30 de junho de 2014). As despesas estão registradas conforme descrito na nota explicativa 23.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

A Companhia tem como capital autorizado, independente de reforma estatutária, 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações, sendo 93.000.000 (noventa e três milhões) ações ordinárias e 157.000.000 (cento e cinquenta e sete milhões) ações preferenciais, todas nominativas e do tipo sem valor nominal.

O Capital subscrito e integralizado corresponde ao montante de R\$ 140.013 (R\$ 153.139 em 31 de dezembro de 2013) representados por 231.387 mil ações nominativas, divididas em 85.937 mil ações ordinárias e 145.450 mil ações preferências, sem valor nominal.

Em 18 de outubro de 2010, a Companhia optou pela redução do Capital Social no montante de R\$ 6.500, baseado no Laudo Econômico Financeiro da Companhia, sem redução no montante de ações emitidas. Conforme aprovada na Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas. Conforme previsto no art. 174 da Lei nº 6.404/76, a redução somente se tornou efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação do fato (ocorrido dezembro de 2010).

Em 08 de Abril de 2014, a Companhia optou pela redução de Capital Social no montante de R\$ 13.126 sem redução no montante de ações emitidas. Conforme aprovado na 31ª Assembléia Geral Extraordinária dos

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

Acionistas. Conforme previsto no art. 174 da Lei nº 6.404/76, a redução somente se tornou efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação do fato (ocorrido em junho de 2014). Distribuídos conforme demonstrativo:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Equiplan	136.868	82.820	59,15%
Fundação Copel	47.234	28.582	20,41%
Portus	27.705	16.763	11,98%
Fusan	19.480	11.787	8,42%
Outros	100	61	0,04%
Total	231.387	140.013	100%

- (i) Em 13 de janeiro de 2010, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, conforme divulgação de fato relevante em novembro de 2009 firmou Contrato de Compra e Venda de Ações da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. ("TPPF"), para a alienação da integralidade das Ações da Companhia de propriedade da PREVI para a EQUIPLAN Participações S.A. Cabe ressaltar que a operação foi integralmente concluída, sendo efetivada a transferência formal da titularidade das referidas ações de propriedade da PREVI para a EQUIPLAN.
- (ii) Em 22 de janeiro de 2010, o Fundo de Pensão Multipatrocinado - FUNBEP, conforme divulgação de fato relevante em novembro de 2009, firmou Contrato de Compra e Venda de Ações da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. ("TPPF"), para a alienação da integralidade das Ações da Companhia de propriedade do Fundo para a EQUIPLAN Participações S.A. Cabe ressaltar que a operação foi integralmente concluída, sendo efetivada a transferência formal da titularidade das referidas ações de propriedade do FUNBEP para a EQUIPLAN.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme determinado no estatuto social da Companhia e na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas. Não existe diferenciação quando a distribuição de dividendos para ações ordinárias e/ou preferenciais.

21. RECEITA OPERACIONAL30.09.201430.09.2013

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

Prestação de serviços	41.959	41.480
Reembolso prestação de serviços	857	340
(-) Descontos e cancelamentos	(41)	(260)
(-) Impostos sobre vendas	(3.585)	(3.629)
	<u>39.190</u>	<u>37.931</u>

22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>30.09.2014</u>	<u>30.09.2013</u>
Serviços de terceiros	8.211	6.550
Materiais	28	12
Utilidades e Serviços	397	407
Arrendamentos	2.858	2.899
Material de Uso e Consumo	242	257
Custos com pessoal	4.756	5.029
Manutenção de máquinas e equipamentos	1.548	921
Depreciações	4.592	4.330
Manutenção civil e infraestrutura	1.732	1.819
Locação de equipamentos	723	766
Outros Custos Operacionais	852	874
	<u>25.939</u>	<u>23.864</u>

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>30.09.2014</u>	<u>30.09.2013</u>
Despesas com pessoal	1.311	1.730
Remuneração pessoal chave	1.015	1.006
Serviços e utilidades	1.806	1.047
Despesas com deslocamentos	274	223
Despesas com publicidade	75	205
Despesas com eventos	21	18
Despesas com materiais	165	115
Despesas com taxas	722	123
Despesas com seguros	1.082	821
Despesas com informática	287	264
Contribuições e sindicatos	365	305
Responsabilidade social	152	191
Gastos com veículos / barcos	80	61

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

Meio-ambiente	807	140
Outras receitas\despesas gerais e administrativas	(109)	(142)
	<u>8.053</u>	<u>6.107</u>

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. Neste período, as despesas com esses administradores totalizaram R\$ 1.136 (R\$ 1.245 em 30 de setembro de 2014).

O pessoal-chave da Administração são as pessoas que possuem autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades da Companhia, incluindo os diretores e conselheiros.

	<u>30.09.2014</u>	<u>30.09.2013</u>
Honorários	1.015	1.006
Previdência complementar diretores	40	21
Contribuição social e impostos similares	<u>81</u>	<u>218</u>
	<u>1136</u>	<u>1245</u>

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO**a) Créditos tributários**

Os créditos tributários de IRPJ e CSSL foram constituídos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa de imposto de renda e contribuição social equivalente a R\$ 73.264 e R\$ 73.264, respectivamente, devidamente registrados no Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício. Observada no CPC 32 - Receita sobre os Lucros a Companhia, atendendo aos critérios pré-estabelecidos do comunicado técnico, registrou em 31.12.2011 parcela dos créditos tributários diferidos sobre esses prejuízos fiscais e base negativa de CSSL no montante de R\$ 7.703 levando em consideração a estimativa de projeção de resultado tributável para realização destes créditos tributários.

Em 30 de setembro de 2014 a companhia efetuou compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social no montante R\$ 1.868 restando um saldo de R\$ 71.396 nas bases negativas de imposto de renda e contribuição social, bem como efetuou realização de IR/CS diferido no montante de R\$ 635 resultando num saldo de R\$ 7.068 na referida conta de créditos tributários.

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

No trimestre findo em 30 de setembro de 2014, os créditos tributários apresentavam a seguinte composição:

Descrição	30.09.2014	
	Imposto de renda	Contribuição social
Base de cálculo		
Prejuízos fiscais acumulados	72.629	
Base negativa de contribuição social		72.629
Total da base para Imposto de renda	72.629	72.629
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.157	6.537
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		
Parcela não reconhecida (*)		24.694 (17.626)
Créditos tributários diferidos reconhecidos		7.068

(*) Em atendimento ao requerido pelo Comunicado Técnico, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliado periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

Desconsiderando fatores pontuais que afetaram positivamente e negativamente o resultado da Companhia no exercício e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o aumento do nível atual das operações; o atual cenário econômico; e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 30 de setembro de 2014, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

Exercício	(*)Valor presente
2014	3.165
2015	1.768
2016	1.958
2017	812

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

25. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações trimestrais em 23 de outubro de 2014.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS***Análise dos instrumentos financeiros***

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Riscos de crédito***Exposição aos riscos de crédito***

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e equivalentes	3.609	7.008
Contas a receber	<u>17.173</u>	<u>9.517</u>
	<u>20.782</u>	<u>16.525</u>

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período.

Risco de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
-------------------	-------------------

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

Empréstimos e financiamentos	793	1.103
Fornecedores	3.010	2.124
	<u>3.803</u>	<u>3.227</u>

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de maquinários e contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. No 3º trimestre de 2014 não foram feitas operações de hedge.

Abaixo é demonstrado o quadro com a exposição líquida:

	Dólar	Taxa	30.09.2014 Reais
Numerário em moeda estrangeira	1.472	2,4504	3.607
	<u>1.472</u>	<u>2,4504</u>	<u>3.607</u>

Valor justo

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	30.09.2014		31.12.2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes	3.609	3.609	7.008	7.008
Contas a receber	17.173	17.173	9.517	9.517
Empréstimos e financiamentos	(793)	(793)	(1.103)	(1.103)
Fornecedores	(3.010)	(3.010)	(2.124)	(2.124)
	<u>16.979</u>	<u>16.979</u>	<u>13.298</u>	<u>13.298</u>

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa

Notas Explicativas**TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

Inclui caixa, saldos em contas correntes, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos.

- **Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar**

Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.

- **Empréstimos e financiamentos**

Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

27. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros vigentes durante o exercício de 2013, venceram em 07 de março de 2014, na mesma data a Companhia efetuou renovação da apólice. Os seguros renovados possuem vigência até Março de 2015.

Os montantes das coberturas contratadas são os seguintes:

<u>Natureza</u>	<u>R\$ mil</u>
Responsabilidade civil	20.000
Bens móveis e imóveis	122.234

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações trimestrais, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Antonina - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 31 de Outubro de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1-S-PR

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9-S-PR

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6-S-PR